

PERROT, MICHELLE. OS EXCLUÍDOS
DA HISTÓRIA: OPERÁRIOS, MULHERES
PRISIONEIRO. RIO DE JANEIRO: PAZ
E TERÇA, 1988.

Capítulo 4

Os operários, a moradia e a cidade no século XIX

“Os operários atribuem mais valor à moradia do que à cidade”, escreve Michel Verret em seu livro sobre o *Espace Ouvrier (Espaço operário)*.¹ “Das moradias, eles se servem, e muito; da cidade pouco, pouquíssimo tempo, longe demais, não é para eles. Mas quando vão até ela, é para se reunir.” Eles a utilizam como espaços abertos, para aquelas “festas de momento e quantidade” que não deixam traços senão nas lembranças e nas imagens — fotos e até filmes — que as fixam. No operário de hoje, haveria antes uma reivindicação pela privatização do espaço: “ao subtrair seu espaço doméstico ao olhar patronal, o operário abre para si um campo de liberdade tão precioso que ele se dispõe a pagá-lo ao preço da distância e fadiga”. A fábrica, ele a vê demais. “Estar entre suas paredes é para o operário, antes de tudo, não estar entre as paredes dos outros e, em sua casa, poder ser ele mesmo.”

No século XIX, é — parece-me — quase o inverso. Os operários reivindicam menos o direito à moradia do que o di-

1. Michel Verret, *L'ouvrier français. L'espace ouvrier*, Paris, A. Colin, coleção U, 1979, p. 153.

reito à cidade, “espaço para viver”.² Eles aceitam as condições habitacionais, principalmente a densidade populacional, que assombram os observadores externos, filantropos e higienistas. A campanha contra os cortiços, vigorosa principalmente no último terço do século XIX, não é de origem operária. Por que essa diferença? Como se deu a inversão? É preciso lembrar que as necessidades sociais não são idéias, entidades abstratas das quais se poderia descrever a curva, fazer a história linear. O desejo é a expressão de um sistema de relações sociais do qual ele não pode ser extraído sem inconvenientes.

As atitudes operárias em relação à moradia

Por um longo período, a reivindicação operária se refere ao aluguel, não à moradia. Desta, fala-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço. Não surpreende que as greves nada digam a respeito: não é esse seu objeto. Notemos de passagem que praticamente não se trata mais da questão da higiene nos locais de trabalho. Na primeira metade do século XIX, por vezes os operários alfaiates protestam contra a má instalação das oficinas onde trabalham sentados por muitas horas. Mais tarde, fala-se pouco da higiene da fábrica, temendo-se sempre que uma organização mais racional do espaço implique um controle maior dos deslocamentos e gestos operários. Teme-se trocar a liberdade pelo conforto. O mesmo muitas vezes ocorre no âmbito da moradia.

Quando a questão da habitação aparece pela primeira vez na *ordem do dia* de um congresso sindical, no Havre, em setembro de 1912 (Congresso da CGT), é sob a seguinte forma: “Carestia e alta dos aluguéis”.⁴ “O preço e as condições do alo-

2. Arlette Farge, *Vivre dans la rue à Paris au 18ème siècle*, Paris, Gallimard, coleção Archives, 1979 (fundamental).

3. J. P. Flamand, “La question du logement et le mouvement ouvrier français”, *Critique de l'Économie Politique*, 1979, n.º 9, nova série.

4. Robert Brécy, *Le mouvement syndical en France, 1871-1921, Essai bibliographique*, Paris, Mouton, 1963 (contém a bibliografia e as ordens do dia de todos os congressos sindicais desse período).

jamento" ocupam dez páginas (pp. 227-238) no livro que M. e F. Pelloutier dedicam a *La Vie Ouvrière en France, (A vida operária na França)* (1900).⁵ É pelo viés do alcoolismo e do tempo livre que o movimento operário descobre, no início do século, o problema da habitação. Dois paliativos para a taverna, por tanto tempo celebrada como a "casa do povo": lazer familiar numa moradia saudável e "espaços verdes". Para curar o mal, escrevem os irmãos Bonneff em 1912, é preciso desenvolver "o antídoto da higiene, e isso através da educação desportiva dos cidadãos, através da construção de casas salubres, através da utilização de grandes espaços para os jogos ao ar livre".⁶ Respiradouro para a família, mas também para a cidade, jamais esquecida, e, sempre, a reivindicação dos espaços externos!

A parcela das despesas com moradia nos orçamentos operários do final do século XIX praticamente não ultrapassa 10 ou 12%, mas com grandes variações.⁶ Essa parcela é notavelmente maior em Paris: segundo a *Estatística Geral da França*, o aluguel açambarca de 10 a 20% da renda operária em Paris no início do século XX. A conclusão de Maurice Halbwachs, no conjunto, continua a ser verdadeira: "A moderação nas despesas com a moradia, e mais exatamente com o aluguel, sempre nos pareceu um traço essencial da condição operária".⁷ Os assalariados não-operários dedicam-lhe claramente mais dinheiro; com isso, marcam sua diferença, sua "distinção"

Significativamente, o item em expansão nos orçamentos operários da época é o *vestuário*. E esse cuidado com a apresentação implica toda uma relação com o espaço público bem observada por Halbwachs. Quando os operários têm dinheiro de sobra, escreve ele em 1912 *La Classe Ouvrière et les niveaux de vie (A classe operária e os níveis de vida)*, eles o consagram a "despesas que têm seu objeto fora da família, na sociedade em sentido amplo, e (...) sacrificam a moradia em favor das

5. L. e M. Bonneff, *Marchands de folie*, Paris, Rivière, 1912, p. 4.

6. Michelle Perrot, *Les ouvriers en grève (1871-1890)*, Paris, Mouton, 1974, v. 1. "L'ouvrier consommateur" (pp. 203-50).

7. Maurice Halbwachs, *L'évolution des besoins dans les classes ouvrières*, Paris, Alcan, 1933, p. 28.

roupas, das distrações, de tudo o que os coloca num contato mais estreito com os grupos da rua ou com a sua classe”. Como os operários enfrentam uma auto-imagem onde a sujeira e o desalinhado marcam sua inferioridade, a dignidade operária passa pelo “bom aspecto”, a *bella figura* dos italianos. Uma roupa conveniente permite que se misturem sem vergonha à festa urbana, que “saíam”. Ora, as “saídas” — da fábrica e dos lazeres — são os grandes momentos da vida operária. Urbanas ou campestres, elas sempre levam para fora de casa.

Pagar o mínimo possível pelo alojamento, tal é portanto a ambição de operários que muitas vezes vêm de regiões rurais onde ele não custa nada. A data fatídica do prazo de pagamento — o “*Deus Prazo*” —, dia 8 do primeiro mês de cada trimestre⁸ —, a “Festa Nacional do Capital e da Santa Grana”, segundo *Le Père Peinard*,⁹ é crucial. É preciso enfrentar o mau humor do Senhor Abutre e do seu braço direito, Pipelet, duas grandes figuras do folclore urbano. Segundo o Littré, *vautour* (“abutre”) na gíria do subúrbio quer dizer um “proprietário exigente e duro” (é o mesmo que dizer todos!) e “essa denominação vem do sucesso de uma peça de Desaugiers, *M. Vautour ou le propriétaire sous le scellé* (*Sr. Abutre ou o proprietário sob o selo judicial*), representada em 1806”, ela mesma talvez expressão de uma designação da época. *Pipelet* é a personagem que sai direto dos *Mystères de Paris* (*Mistérios de Paris*), de Eugène Sue, onde encarna um porteiro temível. Sobre porteiros e guardiães, no masculino e no feminino, sobre o papel dos cubículos e das escadas onde eles ficam, seria o caso de toda uma pesquisa na Paris dos séculos XIX e XX.

Contra o “Dono”, as resistências são de dois tipos, individuais e coletivas. Em primeiro lugar, a escapada, as “mudanças na surdina” (aquela pecinha que abafa o som!) indicadas por Louis-Sébastien Mercier desde o final do século XVIII,¹⁰ que

8. Eugène Pottier consagrou um poema a ele, “Le huit”, *Chants révolutionnaires*, Paris, Dentu, 1887. Na mesma coletânea, ver “Logements insalubres”.

9. *Le Père Peinard*, 13 de julho de 1890.

10. *Tableau de Paris*, v. 10, p. 198, “Payer son terme”.

a cada dia de pagamento transformam as ruas de Paris em "procissões de mudanças", particularmente movimentadas em tempos de crise. Os operários utilizam esses carrinhos de mão que se podem alugar por hora, e que aparecem nas fotos de Atget, por volta de 1900, em todas as ruelas; eles aí amontoam seus utensílios de cozinha, alguns trastes, os colchões que muitas vezes constituem o essencial da mobília, e aos trancos e barrancos toda a família muda de moradia. No prazo de pagamento de julho de 1882 — um prazo ao acaso —, assim ocorrerem 3.695 mudanças em nove bairros do centro e leste da capital, sendo que os bairros burgueses se mostram imensamente mais estáveis. Esse costume não é exclusivo de Paris: em Lille, por exemplo, fala-se de "mudança à São Pedro". Essa prática exemplar mostra como uma forte coesão do grupo familiar, presente nesses deslocamentos, não implica necessariamente um "lar"; ela sugere até que ponto o mundo operário da época ainda é móvel, quase nômade.

No final do século XIX, os *compagnons** (anarquistas) se esforçam em transformar essa escapada num ato de protesto. A cada prazo de pagamento, os "cavaleiros da surdina" ou "pés-chatos" vêm prestar auxílio às famílias populares. Por volta de 1893, existem pequenos grupos deles dispersos por Paris, operários de ofício, mas robustos, carregadores improvisados avisados por via oral, prontos a se reunir e a esvaziar um apartamento, com a cumplicidade do bairro e, às vezes, os ouvidos moucos do porteiro que hesita em enfrentar esses fortes latagões. Essa forma de ilegalismo, praticada principalmente entre 1884 e 1894, toma uma tal amplitude que, sob a pressão dos proprie-

* *compagnon*: termo polissêmico que designa tanto o camarada e o simples operário que trabalha para um industrial ou um empresário, como um operário filiado a uma associação de assistência mútua ou pertencente a uma sociedade de *compagnonnage*; *compagnonnage*: organização de trabalhadores qualificados no mesmo ofício que determina a jornada de trabalho junto ao patrão; dá-se também o nome de *compagnonnage* a certas associações secretas formadas entre trabalhadores da mesma condição, com a finalidade de prestar auxílios mútuos. Como na maçonaria, a *compagnonnage* possui como símbolos certos instrumentos de arquitetura, tais como o compasso, a régua, as tesouras, o martelo etc. (N. da R.)

tários, uma lei passa a prever a repressão com penas que vão até cinco anos de prisão. A organização subsiste tornando-se ainda mais clandestina e a prática continua.¹¹ Através dos *compagnons*, a escapada resignada converte-se em resistência afirmada.

A cada revolução, coloca-se o problema do prazo de pagamento, do aluguel. Por exemplo, em fevereiro e março de 1848 em Paris, nos bairros populares da capital, ocorrem charivaris, isto é, arruaças noturnas acompanhadas de gritos, contra os proprietários que se recusam a dar recibos sem pagamento. As donas-de-casa, “ministros das finanças” das famílias, desempenham um papel fundamental nessas manifestações onde os maridos se mostram mais reservados. Na maior parte do tempo, são violências verbais, marcadas porém por uma interrupção, às quais o governo põe um freio ao lembrar: “Não quitar sua dívida no dia fixado às vezes pode vir a ser uma necessidade infeliz justificada por circunstâncias extraordinárias; mas exigir recibo do que não foi pago é sempre um delito que nada pode desculpar e que a lei deve perseguir”.¹²

Essa questão do aluguel é uma das origens da Comuna de Paris. Jeanne Gaillard mostrou como a alta dos aluguéis, principalmente a partir de 1867, era uma das grandes causas de descontentamento.¹³ Tanto que um dos primeiros atos do governo republicano de Defesa Nacional, proclamado em 4 de setembro de 1870, foi instaurar uma moratória dos aluguéis. Quando os versalheses, em janeiro de 1871, decidem eliminar essa moratória, é a fúria. E um dos primeiros atos da Comuna consiste em prolongar a moratória. De resto, através desse problema dos aluguéis, coloca-se o problema muito maior dos direitos e deveres dos proprietários no referente aos consertos, despejos e escotilha dos locatários. Têm eles, por exemplo, o direito de recusar famílias numerosas (principalmente com mais de três filhos)?

11. Michelle Perrot, “Les classes populaires urbaines” (1880-1914) em *l'Histoire économique et sociale de la France* (sob a direção de F. Braundel e E. Labrousse), t. 4/1, pp. 617 e ss.

12. Michelle Perrot, *L'Impossible Prison*, Paris, Seuil, 1980, p. 297.

13. Jeanne Gaillard, *Paris, La Ville (1852-1870)*, Paris, Honoré Champion, 1977, pp. 129 e ss.

Nessa época, o problema dos "donos" é quase tão importante quanto o dos patrões.

No entanto, as tentativas organizadas de resistência coletiva, em número limitado, fracassaram. A primeira ocorreu nos anos 1881-1884, em Paris, onde a alta dos aluguéis fora particularmente intensa. Certos blanquistas e os anarquistas preconizam a greve dos aluguéis com manifestações de locatários por ocasião dos despejos: amontoar-se-ia a mobília nas calçadas, empoleirando as crianças em cima. Esse projeto, apresentado por um operário fabricante de cadeiras, Hénon, é recusado pelos "comitês revolucionários" socialistas como impraticável, e a Liga dos Antiproprietários, anarquistas, deve se contentar em ajudar as mudanças furtivas. Possibilistas e guesdistas querem obter fundos do conselho municipal para a construção de habitações operárias; os segundos, hostis a essa política considerada reformista, defendem um amplo movimento de petições pela taxação dos aluguéis por parte do Estado, com vistas à expropriação final operada pela Revolução. Em todo caso, uns e outros multiplicam os artigos de imprensa, reuniões e *meetings* durante o verão de 1882. Em junho de 1883, um congresso socialista dos aluguéis reúne cinqüenta delegados de grupos, mas não atrai nenhum público, e a campanha é abandonada. Um comissário de polícia comenta: "O operário se acalma bastante rapidamente nas suas pequenas cóleras contra seu proprietário. A questão do salário é muito mais importante".¹⁴

O segundo ponto alto desse esboço de movimento de consumidores se situa em 1910-1911, por ocasião da grande crise de carestia que fez disparar o preço dos alimentos e aluguéis urbanos em toda a Europa Ocidental.¹⁵ Em 1910, cria-se em Paris uma Câmara Sindical dos Locatários, próxima da CGT (na época, de orientação sindicalista revolucionária), animada por Georges Cochon e ligada aos neomalthusianos. Estes últimos, claramente libertários na França, querem converter a limitação dos nascimentos numa arma da luta de classes. Sob seu impul-

14. Michelle Perrot, *Les ouvriers en grève*, t. 1, p. 223.

15. *Histoire économique et sociale*, t. 4/1, p. 517.

so, a Câmara Sindical defende a “greve dos alugueís e greve das mães”: ela reivindica a proibição da demissão verbal, garantias para as famílias numerosas, as mais atingidas pela crise, a taxaço dos alugueís, um levantamento das moradias desocupadas, a obrigaço dos consertos a cargo dos proprietários. O sindicato declara “guerra ao cortiço”, denunciado como um viveiro de tuberculose: signo da penetraço das campanhas higienistas da época. Em 1911, ele se implanta em todos os bairros populares de Paris e numa vintena de comunidades da periferia, principalmente em Clichy, berço do movimento, cuja seçoõ conta com 500 membros no final de 1911. Em 1912, 33 seçoõs reúnem perto de 4.000 cotistas, mas atinge-se um público muito maior com os *meetings* e sobretudo as manifestaçoõs por oca-sião das mudanças, às quais os militantes se esforçam em dar novamente um caráter espetacular de festa do bairro. Desfila-se com bonecos que representam os “donos”, que assim são quei-mados; agitam-se cartazes onde vêm inscritos os slogans repeti-dos em voz alta: “Queremos moradias salubres”. “Os proprie-tários que alugam moradias insalubres são assassinos”; canta-se *A Locatária* ou *Marcha dos Locatários*, de Charles d’Avray, fa-moso compositor popular.¹⁴ Em 1912, o despejo do próprio Cochon da sua moradia na rua de Dantzig provoca um verda-deiro sítio: as seçoõs mais militantes decidem formar uma Fe-deração Sindical dos Locatários, mais radical em sua crítica à propriedade. Mas tudo some na primavera de 1912. Em 1913, não resta mais nada. A experiência nem por isso é menos histórica.